



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

1 O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia  
2 02 de junho de 2020, por meio de WebConferência e com o uso da Ferramenta  
3 Google Meet e transmissão ao vivo pelo canal da Secretaria do Desenvolvimento  
4 Social no Youtube realizou a 4ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do  
5 referido ano, sob a condução da conselheira e Presidente do CEDIM/SC Célia  
6 Fernandes, representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer  
7 (AMUCC). A 4ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das Conselheiras  
8 Titulares representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Titular  
9 Letícia Martins Falcão Ferreira, representante da Secretaria de Estado do  
10 Desenvolvimento Social (SDS); Conselheira Titular Janice Kleemann Thomé da Cruz  
11 Bunn e Suplente Rosimari Koch Martins representantes da Secretaria de Estado da  
12 Educação (SED); Conselheira Titular Adriana Maria da Silva Rubini, representante da  
13 Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Elenise Magnus Hendler,  
14 representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Suplente Kelly  
15 Cristina Schafer Batistella da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).  
16 Participaram também, as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das  
17 Organizações Não Governamentais: Conselheira Suplente Eva Santos da Rosa,  
18 representando a Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC);  
19 Conselheira Titular Sheila Sabag, representante da Casa da Mulher Catarina;  
20 Conselheira Titular Rosaura de Oliveira Rodrigues, representando a Rede Nacional  
21 Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular  
22 Morgani Guzzo representante da (IEG/UFSC); Conselheira Suplente Rita de Cassia  
23 Maraschin da Silva, representante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na  
24 Agricultura Familiar de SC (FETRAF-SC) e Conselheira Titular Ana Paula Ribeiro  
25 Ramos, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de SC  
26 (FETAESC); Conselheira Titular Caroline Tavares Meireles, representante do  
27 Conselho Regional de Psicologia (CRP12°). Justificaram ausência: Conselheira Júlia  
28 Merlim Borges Eleutério, representante do Movimento Jovem de Araquari;  
29 Conselheira Titular Tatiane Mariza de Souto, representante da Ordem dos Advogados  
30 do Brasil (OAB); Conselheira Suplente Gláucia de Oliveira Assis, representante do



31 Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de  
32 Santa Catarina (UDESC). A 4ª Reunião Plenária Ordinária – ano 2020, contou ainda  
33 com a participação de Tanara Rogowski dos Santos, Secretária Executiva do  
34 CEDIM/SC e Fabiana de Souza, Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos  
35 Humanos (GEMDH-SDS). A 4ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2020  
36 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de Ausência; 3.  
37 Aprovação da Ata da 3ª Reunião Plenária Ordinária – Ano 2020, realizada em 05 de  
38 Maio; 4. Momento para manifestação/relato das Representações do CEDIM sobre as  
39 demandas e ações que envolvem a Pandemia da COVID-19 em cada Entidade/ Órgão;  
40 5. Comissões Permanentes: 5.1 Comissão de Enfrentamento à Violência; 5.2 Comissão de  
41 Comunicação; 5.3 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento. 6. Informes Gerais; 7.  
42 Encerramento. Aberta a reunião, verificou-se quórum suficiente. Após o levantamento  
43 do quórum e leitura das justificativas de ausência encaminhadas pelas conselheiras,  
44 realizada pela Tanara, Célia, agradeceu a presença de todas e deu continuidade à  
45 reunião cuja ordem foi a aprovação da 3ª Reunião Plenária Ordinária, que ocorreu no  
46 dia 03 de Maio de 2020. Item da Ata aprovado por todas. Célia justificou que sairá da  
47 Plenária às 15h para participar da Reunião web com a Comissão Organizadora da 5ª  
48 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e a Rosaura, que está como vice-  
49 presidenta, fará a condução. Célia então passa para o item 4 da pauta - aonde pergunta  
50 qual Conselheira gostaria de começar a socializar sobre as demandas e/ou ações do  
51 local que representa. Rosimari, da Secretaria do Estado da Educação-SED pede a  
52 palavra. Ela menciona que estão realizando um trabalho com os alunos nessa época de  
53 Pandemia que contempla o ensino EaD, impresso e também questões que envolvem a  
54 saúde. O foco é manter o vínculo do aluno com a escola, que está fechada no  
55 momento, mas estão fazendo monitoramento/levantamento de demandas com alunos e  
56 também professores, esses que estão recebendo diversas orientações e capacitações.  
57 As questões de violência doméstica, saúde mental, que vem trazendo problemas, estão  
58 atingindo as crianças e adolescentes e a equipe da SED a cada 15 e/ou 30 dias está se  
59 reunindo com coordenadores e os Núcleos para que sejam instruídos na identificação  
60 dessas questões nas famílias. O foco específico, no que concerne à violência contra a



61 mulher, caso a escola tenha um algum conhecimento que vem de alguma família,  
62 estão orientando para que façam denúncia diretamente nos canais, Disk 100, Disk 180  
63 ou mesmo procurar as Delegacias especializadas/comum. Rosimari menciona que a  
64 Delegada Patrícia da Secretaria da Segurança Pública tem orientado as equipes de  
65 educação com Projeto “Por Elas na Escola” da Polícia Civil que trabalha  
66 especificamente na prevenção da violência contra a Mulher. Finalizada a fala da  
67 Rosimari, Célia pergunta se alguma Conselheira tem alguma consideração sobre.  
68 Rosaura se manifesta e pergunta: Quanto à qualidade do Ensino EaD, se estão  
69 monitorando/se está sendo estudada modalidade; A questão do estupro em crianças e  
70 adolescentes, que correspondem à 50% dos casos; E sobre o ano letivo, que é diferente  
71 do ano cronológico se há possibilidade de reavaliação pedagógica do ano letivo pelo  
72 Estado; Rosaura pergunta também sobre a avaliação pedagógica dos conteúdos a  
73 Distância e se há como o Estado, por meio dos recursos destinados à Educação  
74 fornecer equipamentos necessários para dar estrutura aos alunos estudarem em casa.  
75 Rosimeri diz que estamos vivendo um momento atípico e a preocupação é real e  
76 menciona que estará participando de uma reunião para mapeamento de todas essas  
77 demandas oriundas da situação. Ainda não possuem um instrumental finalizado mas  
78 essa será a ferramenta que irá auxiliar no mapeamento das situações nas famílias e  
79 demais demandas que estão acontecendo. A partir desse mapeamento é que será  
80 possível ter um diagnóstico mais preciso sobre a relação à aprendizagem, dificuldades,  
81 etc. Célia agradeceu a participação da Rosimari, que saiu da reunião para participar de  
82 outra, junto à sua Gerência. Passa a palavra para a Conselheira Adriana, da Secretaria  
83 do Estado da Saúde. Dentre as ações que estão desenvolvendo é a elaboração da Nota  
84 Técnica 004/2020 (atualizada em 05 de maio /2020) cujo assunto é: Orientações sobre  
85 o atendimento à Gestante, Puérpera e Recém- nascido no enfrentamento à Pandemia  
86 de COVID-19. A outra ação foi a construção junto com o Setor de Saúde Mental do  
87 Estado da Nota Técnica que está disponível na página da SES/SC que abrange mulher,  
88 criança, adolescente e idoso com enfoque na violência doméstica. Célia pergunta se há  
89 algum questionamento. Morgani fala que tem visto relatos de situações que negação  
90 de acompanhamento no parto durante esse período de pandemia e . Também pergunta



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

91 sobre o serviço de aborto legal que no estado tem 4 hospitais que realizam. Nesse  
92 momento de pandemia, esses serviços estão sendo realizados? Adriana responde que a  
93 atualização da NT 004 veio para estabelecer as informações concretas sobre essas  
94 situações, para que sejam cumpridas conforme documento e assim garantir os direitos  
95 da mulher durante o pré-parto, parto e puerpério. Com essa situação atual de pandemia  
96 a mulher tem direito a somente 1 acompanhante e ela deve escolher somente essa  
97 pessoa, o que inclui, em alguns casos a Doula, então deve-se escolher. Quanto aos  
98 serviços de abortamento legal, até onde se tem informações, o serviço continua e não  
99 foram recebidas notificações ou denúncias do contrário e Morgani menciona que foi  
100 feito um levantamento nacional e que se chegou a verificar que 50% só dos serviços  
101 estão sendo prestados e que é uma preocupação. Adriana fala que vai levar essa  
102 questão para maior análise junto aos Gerentes. Rosaura questiona sobre a NT 004 que  
103 o Hospital Marieta de Itajaí não está acontecendo como deveria. Estão negando, com  
104 aval do Ministério Público, o acesso à acompanhante no processo de parto. Rosaura  
105 fala que o CEDIM e a Secretaria da Saúde deveriam fazer um documento de cobrança  
106 para que todos os espaços atendam às orientações da NT 004 pois deve-se cumprir.  
107 Adriana coloca-se à disposição para dar encaminhamentos necessários. Sheila sugere  
108 que seja oficializada uma moção para que cumpra-se a Nota Técnica e perguntar à  
109 SES se está havendo esse cumprimento nas maternidades/hospitais. Elenise sugere  
110 que a Moção seja encaminhada ao Ministério Público também. Todas deliberaram  
111 favorável aos encaminhamentos. Célia se despede da reunião e passa a Presidência  
112 para Rosaura. Fabiana pede a vez para falar, pois depois irá participar de outra  
113 Reunião junto a Célia. Fabiana fala que foi elaborado um texto de orientação para  
114 Gestores Municipais e trabalhadores (as) reforçando as informações que vieram do  
115 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos assim como as informações  
116 oriundas da Diretoria de Direitos da Assistência Social da Secretaria de Estado do  
117 Desenvolvimento Social - SDS/SC. Foi documentada a questão dos abrigos  
118 institucionais para as mulheres em situação de violência, da importância de divulgação  
119 pelos Gestores, dos canais de denúncia (180/181) e números das Delegacias  
120 (Whatsapp), Rede Catarina, Aplicativo da PM (Cidadão) e da necessidade da



121 manutenção dos serviços para atendimento às mulheres. Esse material elaborado foi  
122 repassado por e-mail aos Municípios, Secretarias Municipais de Assistência Social,  
123 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência  
124 Especializados de Assistência Social (CREAS) e Conselhos. Foram feitos também 2  
125 infográficos: o primeiro com o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos  
126 vínculos familiares durante o período de isolamento social e o segundo tendo por  
127 objetivo a prevenção do contágio pela COVID-19, voltando-se especificamente às  
128 mulheres gestantes, mulheres lactantes, e mulheres com filhas e filhos com até 24  
129 meses. Realizado levantamento (entre 23 a 27 de abril) de casas abrigo no estado e  
130 existem 10 espaços no total somando 210 Vagas (atendimento às mulheres e filhos).  
131 Dos 10 abrigos, 4 deles são não-governamentais e 6 governamentais. Esse  
132 levantamento foi encaminhado à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e foi  
133 perguntado aos abrigos das necessidades de Equipamentos de Proteção Individual -  
134 EPI's, produtos de limpeza, etc. Esse levantamento também foi enviado à Secretaria  
135 Nacional em meados de maio /2020. Fabiana disse que irá repassar ao CEDIM esses  
136 resultados das ações da GEMDH. Foi dado início à elaboração de um projeto para  
137 trabalhar /capacitar com equipes dos CREAS para atendimento de homens autores de  
138 violência. Está sendo elaborado o esboço para o 'Agosto Lilás' para trabalho em rede  
139 com outros setores/órgãos e CEDIM. Fabiana pede que o CEDIM encaminhe à  
140 Gerência informações sobre atividades referentes à visitas em abrigos, Criação de  
141 Conselhos, previsão para esse ano para ações com os Conselhos Municipais, entre  
142 outros. Assim será possível trabalhar em conjunto com as demandas. Fabiana fala que  
143 a SDS também está trabalhando com outras questões, como por exemplo a População  
144 em situação de rua na qual foram identificadas, nessa situação 615 mulheres que estão  
145 no CADÚnico, 450 aproximadamente são beneficiárias do Bolsa Família. Fabiana fala  
146 que está à disposição como Gerente e está disposta a trabalhar efetivamente com o  
147 Conselho nas ações. Finalizada sua fala, Rosaura pergunta se alguma Conselheira tem  
148 alguma pergunta. Sheila questiona sobre levantamento de dados de SC do 180 para ter  
149 noção melhor das informações e menciona que o trabalho com os agressores é muito  
150 importante assim como trabalhar em conjunto com a Gerência nessas atividades, tais



151 como dar continuidade, por exemplo, do Plano de Políticas para Mulheres do Estado.  
152 Ou mesmo elaborar um Plano Estratégico de enfrentamento à violência, e os dados  
153 são importantes para subsidiar as ações pontuais e fazer a integração de serviços.  
154 Caroline menciona que é importante ter acesso aos dados, esses que no período de  
155 pandemia tem diminuído. Relata que o acesso ao CREMV em Florianópolis esteve  
156 fechado por 2 semanas e foi uma luta, enquanto CRP - Conselho Regional de  
157 Psicologia junto ao Conselho Federal de Psicologia para conseguir liberar atendimento  
158 às mulheres em situação de violência por meio on-line, pois existe uma Resolução que  
159 impede, porém foi autorizado esse atendimento on-line por causa da situação da  
160 pandemia. Caroline sugere que dados sejam buscados junto aos CREAS, CREMV e  
161 Polícia Civil - Delegacia para ter uma base maior para entendimento dos casos de  
162 violência. Deu-se então continuidade à socialização das ações da Secretaria do  
163 Desenvolvimento Social pela Conselheira Letícia, que hoje está junto à Diretoria da  
164 Assistência Social do Estado. Menciona que estão trabalhando com as equipes sócio  
165 assistenciais na reorganização das ofertas dos serviços por causa da pandemia, dando  
166 orientações técnicas e capacitações pela web nos novos processos e protocolos estão  
167 tendo que mudar devido à pandemia. Foi publicada em 01/06/20 uma Portaria  
168 específica e recomendações específicas publicada pelo Ministério da Cidadania no que  
169 se refere ao público em situação de violência doméstica e familiar. Nesse sentido, a  
170 Gerência de Proteção Especial de Alta Complexidade está debruçada nesta Portaria  
171 para trabalho com os municípios. Inclusive uma das recomendações é a implantação  
172 de novos serviços de alojamento para atendimento a esse público nesse momento.  
173 Rosaura questiona qual a demanda a nível do Estado a nível emergencial para as  
174 pessoas mais vulneráveis em SC, quais os planos da Assistência Social para ajudar  
175 auxiliar nos acessos e de subsistência às bolsas e auxílios do Governo Federal. Rita  
176 menciona que acompanha, por meio de outros Conselhos, o problema da defasagem  
177 das informações nos Cadastros Governamentais (em nível de estado e Brasil) e isso  
178 ficou mais evidente isso em época da pandemia. Visível a falta de Políticas Públicas  
179 estruturantes principalmente no quesito alimentação e questiona o por quê dos CRAS  
180 não entraram nesse trabalho de cadastros e somente a Caixa Econômica e como ter



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC**  
**Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016**

181 acesso às Políticas Públicas se nem mesmo os cadastros estão atualizados. Rita  
182 menciona que no dia 03 de junho haverá uma reunião (será transmitida on-line) e que  
183 a Secretária Maria Elisa da SDS foi convidada a participar na sessão da Alesc para  
184 responder sobre as Políticas as populações em situação vulnerável e dos dados. O  
185 grande problema sempre foi a Gestão e falta de equipe técnica no estado e assim poder  
186 enxergar os gargalos onde estão os problemas que envolvem a violência, que não é só  
187 física, mas social, econômica e cultural e isso acaba somatizando. Outras questões que  
188 menciona é a alimentação e moradia bem como da importância de ter os dados  
189 disponíveis ao CEDIM. Rita finaliza dizendo que o Conselho de Alimentação escolar  
190 tem recebido diversas reclamações e denúncias de que as Prefeituras estão de portas  
191 fechadas e se faz necessário apurar a situação de trabalho nos municípios. Letícia  
192 afirma que os serviços sócios assistenciais foram considerados como ‘serviço  
193 essencial’ e conforme recomendações não devem permanecer fechados durante a  
194 pandemia, mas sim com as orientações de reorganização das atividades, como turno  
195 de revezamento, uso de ferramentas tecnológicas, entre outros e diz que caso seja  
196 identificado algum município caso de não cumprimento recomenda-se o contato com  
197 o Canal de Ouvidoria do Estado. Em relação ao auxílio pecuniário, diz que havia o  
198 Programa Santa Renda que foi extinto no ano de 2019 e que hoje é feito é  
199 cofinanciamento para Assistência Social dos municípios todos os anos, pelo Fundo  
200 Estadual de Assistência Social e esse ano de 2020 já foram disponibilizados 23  
201 milhões de reais para o cofinanciamento, com distribuição em 3 parcelas. Letícia  
202 complementa que há uma integração de 4 Políticas Públicas dentro da SDS que  
203 contemplam a Segurança Alimentar, Habitação, Assistência Social e Direitos  
204 Humanos e que se for necessário solicitar mais informações sobre as ações que estão  
205 sendo realizadas é possível encaminhar um documento para a Secretaria com pedido.  
206 Rosaura complementa da problemática da Habitação que a população mais vulnerável  
207 está passando nesse momento e sugere que seja levado isso à SDS. Na sequência,  
208 Elenise fica com a palavra para mencionar as principais ações e atividades da  
209 Procuradoria Geral do Estado em tempos de pandemia. Ela menciona que atualmente  
210 faz parte do Núcleo de ações repetitivas da área da saúde, que contempla basicamente



211 a judicialização das questões de saúde e que as demandas estão cada vez maiores. São  
212 ações que envolvem empresas solicitando suspensão de tributos, distribuidores de  
213 medicamentos pedindo isenção de ICMS, empresas de transporte que querem  
214 trabalhar de forma diferente à qual está estabelecido em Notas Técnicas da Secretaria  
215 de Saúde, entre outras ações, como a questão de saúde financeira do Estado em  
216 decorrência, principalmente, da crise sanitária e econômica. Elenise reforça que ela,  
217 como Conselheira representante da PGE sempre estará aberta para receber as  
218 discussões que acontecem nos Conselhos no que concerne às questões importantes nas  
219 políticas públicas, o que a Sociedade Civil traz de demanda, etc, e assim poder  
220 contribuir junto com o Órgão nos encaminhamentos necessários. Finalizada sua fala,  
221 Rosaura pergunta à Elenise se há ações que cobrem das empresas grandes devedoras  
222 de impostos devidos ao Governo, como por exemplo, impedimentos de novas  
223 aberturas de lojas, construções dessas empresas até que findar o que é devido. Elenise  
224 responde que há um trabalho efetivo e unificado da PGE com o Ministério Público e a  
225 Secretaria da Fazenda diretamente nesses casos e possuem projetos que visam o  
226 melhoramento da arrecadação tributária com dívidas ativas, automatização de  
227 processos, parcerias com Universidades, mas agora o momento é bastante peculiar e a  
228 recuperação de créditos públicos está mais pausado, porém com atenção e seriedade  
229 devida por toda equipe e parceiros. Complementa que existe um Grupo  
230 Interinstitucional de Trabalho de recuperação de ativos que é de abrangência nacional  
231 que estuda e trabalha efetivamente para melhoramentos nessa área. Elenise encerra  
232 sua fala. Como representante da Segurança Pública, a Conselheira Kelly menciona as  
233 ações que envolvem o projeto Polícia Civil 'Por elas' que estão sendo realizadas no  
234 entanto, salienta que algumas ações desse projeto foram suspensas por causa da  
235 pandemia, há as que estão em andamento e outras sendo planejadas. Cita que alguns  
236 grupos de ações presenciais, como por exemplo, o Grupo reflexivos com homens,  
237 assim como de adolescentes nas escolas foram suspensos, porém, continuam os  
238 grupos reflexivos com mulheres que puderam ser mantidos de forma virtual por  
239 algumas delegacias. Um projeto que está ativo é o Projeto 'Proteja uma criança' que  
240 tem por base a prevenção de abusos e violência sexual por meio de palestras, oficinas,



241 espaços de reflexão e educação sexual na escolas. Esse projeto iniciou de forma  
242 presencial mas no momento está acontecendo por plataforma virtual da Polícia Civil e  
243 a pretensão é alcançar a capilaridade estadual. Kelly menciona que foi concluído  
244 projeto para implementação de 13 salas de acolhimento em delegacias com estrutura  
245 de atendimento humanizado e apropriado para receber mulheres vítimas de violência.  
246 Assim como está em andamento a instalação de salas de ‘escuta especial’ estruturadas  
247 para receber crianças e adolescentes. Há também um projeto na modalidade virtual de  
248 prevenção de violência doméstica em condomínios. Outra ação é a elaboração de um  
249 tutorial, um passo a passo de como ter acesso à delegacia de forma virtual e tão logo  
250 estará disponível uma delegacia virtual específica para mulheres. Uma vinheta está  
251 sendo concluída para divulgação no intuito de incentivo às denúncias e vai ser  
252 disponibilizada no site da Polícia Civil assim que concluída. Kelly encerra sua fala e  
253 Sheila faz um questionamento sobre como está previsto o funcionamento do projeto  
254 de prevenção de violência em condomínios. Não foi possível uma resposta pela Kelly  
255 no momento devido à falta de conexão de internet, mas foi registrada a pergunta para  
256 depois repasse das informações em outro momento. Morgani complementa que existe  
257 um Projeto de Lei na Alesc sobre o assunto e que fica como compromisso do CEDIM  
258 verificar o texto do Projeto para análise e manifestação. Tanara ficou de resgatar isso  
259 na Alesc e repassar para as Conselheiras. Na sequência Rosaura passa para o item das  
260 Comissões Permanentes, a iniciar com a Comissão de Enfrentamento à violência, cuja  
261 atividade principal estava sendo a Coordenação para andamento do Pacto Estadual  
262 Maria da Penha, que realizou sua última reunião em 03 de março/2020. Sheila lembra  
263 que nessa última reunião de alinhamento do Pacto, mais especificamente sobre o  
264 documento de Regimento Interno da Rede que está sendo elaborado pelo grupo  
265 participante foi feita um acordo para que a Assembléia Legislativa assumisse a  
266 Secretaria Executiva da Rede e assim foi dada essa demanda para pleitear junto à  
267 Presidência da Alesc para conseguir pelo menos 2 pessoas para realizar as atividades  
268 inerentes à Secretaria Executiva conforme Regimento. Até o momento, não houve  
269 mais reunião com o grupo participante por causa da pandemia. Sheila salienta que  
270 acha fundamental que para dar continuidade às reuniões e processo de alinhamento se



271 faz necessária a atuação da parte executiva. Quanto ao CEDIM, dentro de sua  
272 estrutura, há que se definir qual Comissão, Conselheira Titular e Suplente que ficarão  
273 à frente dos trabalhos pela Rede. Assim, foi sugerido e então deliberado para  
274 formalização via Ofício o pedido para a Bancada Feminina para solicitar retorno sobre  
275 a questão. A Comissão de Enfrentamento irá elaborar a minuta do Ofício para então  
276 ser enviado. Tanara menciona que conversou com a Flávia Minatto, assessora da  
277 Deputada Luciane Carminatti se teve alguma reunião com o Presidente da Alesc, Julio  
278 Garcia e ela respondeu que houve a reunião mas não teve definições, logo em seguida  
279 aconteceu a situação da pandemia e não foi mais conversado a respeito. Ato contínuo,  
280 Rosaura passa a Comissão de Legislação, Normas e Orçamento. Letícia menciona que  
281 foi enviado Ofício nº 26 2020 onde questiona-se sobre a possibilidade de postergação  
282 do processo eleitoral, visto que as atividades do Conselho não estão sendo realizadas  
283 dentro da sua normalidade e as entidades não governamentais provavelmente também  
284 não se encontram no funcionamento regular das suas atividades, o que tornaria  
285 prejudicada a execução do fórum eletivo neste momento. Também questionou-se  
286 sobre a vigência do Regimento Interno do Conselho. Assim que a resposta desse  
287 Ofício for recebida, Tanara encaminhará a todas Conselheiras. Outra demanda dessa  
288 Comissão, Letícia cita um questionamento que teve do município de São Francisco do  
289 Sul referente às orientações sobre procedimentos de denúncias. Finalizada a fala da  
290 Letícia, Tanara reitera que foram encaminhados por e-mail os documentos de  
291 orientações e informações sobre participação de Conselheiros em cargos eletivos e se  
292 alguma Conselheira necessitar reenvio, solicitar. Trata-se do Parecer da COJUR SDS  
293 124 2020 e Orientação da SEA sobre licença para concorrer a cargo eletivo. Rosaura  
294 então passa para a Comissão de Comunicação e Morgani menciona a Nota Pública  
295 sobre o reflexo da pandemia na vida das mulheres que está sendo elaborada pelo  
296 Conselho e pede se alguém tem algo a acrescentar e/ou observar antes de ser  
297 finalizada, é para contatar a Comissão o mais breve possível para que possa ser  
298 publicado em até 2 dias. Morgani aproveita para perguntar se alguma Conselheira  
299 gostaria de fazer parte da Comissão para auxiliá-la. Elenise disse estar à disposição  
300 para contribuir no que for preciso na Comissão e a Rita se pronunciou para participar.



301 Finalizado o momento da Comissão de Comunicação, Tanara menciona a pauta da  
302 Reunião, ocorrendo nesse mesmo dia da plenária, com a Coordenação da V  
303 Conferência. Tão logo finalizada essa reunião, será repassada ao CEDIM os  
304 encaminhamentos. Rosaura pede que se possível enviar uma mensagem à Célia para  
305 que ela questione sobre a falta dos documentos fundamentais para a Conferência que  
306 até então não foram divulgados. Encerrados os itens das Comissões, Rosaura passa  
307 para o item 6. Informes Gerais, momento esse que foi para socializar sobre  
308 participação ou divulgação de ‘lives’ que estão acontecendo. Ana Paula fala que a  
309 CONTAG está realizando diversas ‘lives’ incluindo a questão da violência contra a  
310 mulher do campo nesse período de pandemia e também na construção da pauta para os  
311 20 anos da ‘Marcha das Margaridas’ bem com a construção de materiais referente a  
312 Marcha. Sheila informou que a Casa da Mulher Catarina e a Rede Nacional Feminista  
313 de Saúde estão realizando e participando de ‘lives’ principalmente nas temáticas de  
314 mulheres na política, direitos sexuais e reprodutivos. Sheila fala que haverá um  
315 momento de que o Conselho vai precisar repensar na programação/planejamento anual  
316 das demandas pós-pandemia, pois haverá demandas diferentes. Tanara finaliza o item  
317 de informes dizendo que a pedido da Célia irá encaminhar um documento ao Sistema  
318 Prisional para saber o quantitativo de mulheres em cárcere no estado e quais delas  
319 trabalham no campo e falou que se alguma Conselheira quiser complementar o  
320 documento com alguma solicitação pontual de informação é para se manifestar antes  
321 do envio do pedido. 7. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, Rosaura agradeceu  
322 a participação de todas e deu por encerrada a 4ª Reunião Plenária Ordinária do  
323 CEDIM/SC - Ano 2020. Eu, Tanara, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata e  
324 junto a Célia, Presidente do CEDIM/SC assinamos.